

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.279 - MG (2019/0331383-8)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : PATRICIA PINHEIRO MARTINS - MG068424
RECORRIDO : MAURIANO ALVES SANTANA
ADVOGADO : SEBASTIANA GONCALVES SIQUEIRA - MG112205

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANOS MORAIS. REVISÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR ARBITRADO EM PATAMAR RAZOÁVEL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO NOS DISPOSITIVOS INDICADOS. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJ/Minas Gerais, assim ementado (fl. 183):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE RECURSAL - REJEITADA - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL - ESTADO DE MINAS GERAIS - ACIDENTE EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL - DANOS MORAIS E ESTÉTICOS - CONFIGURADOS - MINORAÇÃO DOS DANOS MORAIS - RAZOABILIDADE OBSERVADA— PENSÃO VITALÍCIA— PERDA PARCIAL DA CAPACIDADE LABORATIVA —CONSECTÁRIOS LEGAIS - RE 870.947/SE - CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS DE MORA - FIXAÇÃO.

Considerando-se o disposto no art. 183 do Código de Processo Civil, o qual garante prazo em dobro para todas as manifestações processuais da Fazenda Pública, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal, constata-se a tempestividade do recurso.

Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, o Estado responde objetivamente pelos atos comissivos e omissivos que causarem danos a terceiros.

Para a configuração da responsabilidade civil, é necessária a presença do fato ou conduta atribuído ao Poder Público, do dano efetivo e do nexo de causalidade entre esses elementos.

O ordenamento constitucional assegura a integridade física do preso, sendo dever do Estado garantir a segurança de seus detentos.

Restando devidamente comprovado nos autos que a lesão sofrida pelo autor decorreu de uma falha na vigilância e segurança do sistema prisional, e comprovado o nexo de causalidade entre o dano e a conduta estatal,

configurado está o dever do Estado de reparar o dano causado ao autor.

Consoante entendimento uníssono da jurisprudência pátria, a indenização por danos morais não deve implicar em enriquecimento ilícito, tampouco pode ser irrisória, de forma a perder seu caráter de justa composição e prevenção.

E cabível a condenação ao pensionamento em caso de ato ilícito que resulta sequela física para a vítima, com redução da capacidade laborativa permanente, a qual, por sua vez, em tese, é de forma vitalícia.

Considerando o efeito suspensivo atribuído nos Embargos Declaratórios no Recurso Extraordinário nº. 870.947/SE, nas condenações da Fazenda Pública, deverão incidir, a título de correção monetária, os índices oficiais de remuneração básica (TR), e juros de mora aplicáveis à caderneta de poupança, nos termos do disposto no art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97, com redação dada pelo ad. 50 da Lei nº 11.960/09.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação dos artigos 397, 884 e 944 do CC/2002 e dissídio jurisprudencial, sob os seguintes argumentos: (a) redução da quantia fixada a título de danos morais e estéticos (R\$ 40.000,00 - quarenta mil reais), por considerá-la excessiva; (b) os juros de mora devem incidir a partir do vencimento de cada prestação, pois, embora se trate de relação extracontratual, a obrigação de pagar prestação é de trato sucessivo, renovada mês a mês.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 270-271.

É o relatório. Passo a decidir.

No que concerne ao valor arbitrado a título de danos morais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento no sentido de que somente pode ser revisto excepcionalmente, quando irrisório ou exorbitante, em afronta os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sob pena de ofensa ao disposto na Súmula 7 desta Corte.

No caso, o Tribunal *a quo*, em virtude das peculiaridades fáticas do caso, manteve o valor de R\$ R\$ 40.000,00 - quarenta mil reais -, fixado pela sentença, a título de reparação por danos morais, o que merece ser mantido, por consentâneo com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade e com a jurisprudência do STJ em casos análogos.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. VALOR DOS DANOS ESTÉTICOS E MORAIS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Em regra, não é cabível, na via especial, a revisão do montante indenizatório fixado pela instância de origem, ante a impossibilidade de análise de fatos e provas, conforme a Súmula 7/STJ. Contudo, a jurisprudência desta Corte admite, em caráter excepcional, a alteração do quantum arbitrado, caso se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não ocorreu no caso concreto.

2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 355361/CE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 2/9/2014.)

Superior Tribunal de Justiça

Desta forma, o acolhimento da pretensão recursal demanda prévio reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado ante o óbice preconizado na Súmula 7 deste Tribunal.

Não é possível conhecer do recurso especial que apresenta suposta violação do art. 397 do CC/2002, pois o dispositivo indicado como malferido não contém comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida em relação ao termo inicial dos juros de mora e infirmar a validade dos fundamentos do acórdão recorrido.

Por fim, a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo de lei, o que ocorreu no caso dos autos.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator